

| 944 | CASA QUE TE QUERO CASA... REFLEXÕES SOBRE AS FORMAS E FUNÇÕES DAS MORADIAS POPULARES

Rosemere Santos Maia

Resumo

O presente artigo aborda a casa dos segmentos populares nas suas múltiplas dimensões, demonstrando como suas velhas e novas funções revelam-se por intermédio das da sua forma e conteúdo. É indiscutível a importância detida pela casa nas mais diferentes sociedades e, mais que isto, é sabido que para além da evidente dimensão material que agrega - à medida que se trata de um objeto arquitetônico -, também concorrem elementos de ordem subjetiva e intersubjetiva na sua constituição enquanto locus de moradia e vivência cotidiana. Neste sentido é que entendemos que a casa só pode ser compreendida como espaço vivo, onde são tecidas relações - em geral, contraditórias - entre sujeitos sociais. Detendo um valor inestimável para os seus moradores, a casa comunica a identidade de quem a habita; promete abrigo, segurança, privacidade, liberdade e intimidade; estabelece um "corte" com o "mundo exterior", deixando-o em suspenso, ao mesmo tempo em que se afirma enquanto um "pedaço" para os que se intitulam seus "donos"; pode ser tanto "vitrine" - espaço que distingue uns de outros, pelas cores, formas e bens que exhibe, como pode transmutar-se em local de labuta, espaço de trabalho incansável. Seja lá como for pensada ou vivida, a casa é locus de contradições.

Palavras-chave: Casa. Territorialidade. Identidade. Cidade. Pobreza urbana.

Abre-se a porta... Uma breve introdução.

É indiscutível a importância detida pela casa nas mais diferentes sociedades e, mais que isto, é sabido que para além da evidente dimensão material que agrega - à medida que se trata de um objeto arquitetônico -, também concorrem elementos de ordem subjetiva e intersubjetiva na sua constituição enquanto locus de moradia e vivência cotidiana. Neste sentido é que entendemos que a casa só pode ser compreendida como espaço vivo, onde são tecidas relações - em geral, contraditórias - entre sujeitos sociais.

Temos insistido no fato de que qualquer análise sobre a casa pressupõe uma necessária referência a um tempo, a um espaço, a uma cultura (MAIA, 2012, 340). Vimos demonstrando, outrossim, o poder por ela detido de comunicar a identidade dos sujeitos que a habitam - seus gostos, desejos, prioridades. Ao mesmo tempo em que lhes permite o exercício do direito à liberdade e à privacidade, a casa pode, ao contrário, impor-lhes a clausura, o aprisionamento e a solidão. Espaço ambíguo, ora sentido como lugar, ora apropriado como território, ora vivido como puro cenário de dramas ordinários e cotidianos, a casa, para além da condição funcional em termos de racionalidade e eficiência - tão bem

expressa por Le Corbusier (1983), ao referir-se a ela como "uma máquina de morar" –, tanto é produto, quanto produtora de nosso modo de existir. Em função dessas premissas é que afirmamos que a casa tem voz e alma, “é nosso canto no mundo [...] um verdadeiro cosmos” (BACHELARD, 1989,22).

É sobre algumas dessas muitas ambiguidades e contradições que envolvem a casa e seus moradores que trataremos no presente artigo, embora cientes dos limites de nossa posição enquanto pesquisadores à medida que, por mais que nos aproximemos do “fenômeno” estudado, jamais daremos conta de toda sua complexidade. Isso porque todo conhecimento “peca” pelo seu inacabamento, incompletude e parcialidade, já que resulta de reflexões realizadas por um sujeito (no caso, o pesquisador) que compreende o mundo a partir de um determinado “olhar” e que acaba por filtrar as informações segundo sua “conveniência”.

Pode entrar que a casa é nossa! A constituição da “casa-abrigo”.

Em seu sentido primevo, a casa costuma carregar em si a possibilidade de aconchego, de abrigo, de integração frente a um mundo caótico. É o espaço do sonho, da estabilidade, tal qual formulado por Bachelard (1989). Sentir-se em casa, desta forma, significa estabelecer uma relação de identidade com o objeto arquitetônico, é “lugarizá-lo” a partir das relações estabelecidas com os demais sujeitos sociais, sejam aqueles que partilham do mesmo espaço, sejam aqueles que se posicionam no “mundo exterior”.

Tuan (1983) apresenta-nos algumas questões imprescindíveis à elaboração do conceito e ao entendimento do que se refere à identidade e intimidade na emergência de lugares. O autor, ao proceder à distinção entre espaço e lugar- malgrado todas as “forças” em contrário que teimam por indiferenciá-los – demonstra que o primeiro é mais abstrato que o outro:

O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e dotamos de valor. As idéias de “espaço” e “lugar” não podem ser definidas uma sem a outra. A partir da segurança e estabilidade do lugar estamos cientes da amplidão, da liberdade e da ameaça do espaço, e vice-versa. Além disso, se pensarmos no espaço como algo que permite o movimento, então o lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar. (1983: 6)

Enquanto pausa no movimento, o lugar parece só ter sentido quando os sujeitos envolvidos podem vivenciar a relação, a intimidade que construíram com e no lugar. Somente ao adquirir definição e significado, o espaço pode transformar-se em lugar (Tuan, 1983: 151). Desta forma, o lugar tanto pode ser o lar - onde a intimidade (em relação a qual nem sempre temos consciência) propicia-nos, paradoxalmente, carinho, proteção e vulnerabilidade, à medida que expostos e carentes de novas experiências e carícias -, quanto qualquer outro local ou ocasião onde *“as pessoas verdadeiramente estabelecem contato”*.

Fica claro que a construção do lugar, segundo Tuan, dá-se em função do sentido que a ele atribuímos, do nível de profundidade que tem nossos sentimentos em relação a ele. Em essência, a criação do lugar não ocorre de maneira deliberada, posto que emerge “sobre” espaços produzidos com vistas à satisfação de necessidades práticas (1983: 184), como é o caso da casa. Imbuídos desta perspectiva é que a grande maioria dos informantes de nossa pesquisa sintetizou, através de algumas palavras/expressões, este “processo” de transformação de um simples objeto arquitetônico em lugar, que passa a ter um significado especial para cada um deles e a ser um elemento fundamental a contar a história familiar: *“é tudo” - “abrigo”, “lugar de descanso”, “local de privacidade”, “espaço da família”, “refúgio”, “segurança”, “é onde criei meus filhos”, “é meu cantinho no mundo”, “é onde ganho meu pão”*.

Esse lugar especial, que aqui denominaremos **“casa-abrigo”**, não somente protege seus moradores das intempéries - o que seria sua função “natural” -, como possibilita a acolhida de novos membros da família, ao mesmo tempo em que otimiza recursos. Isso é particularmente importante entre os segmentos populares, já que é comum observarmos as várias gerações de uma única família residindo num mesmo terreno, demonstrando o caráter utilitário de arranjos como este, pois se evita com isto o custo decorrente da aquisição de um novo lote, ao mesmo tempo em que fica garantida a solidariedade familiar, num contexto onde a realidade se apresenta desfavorável ou insuficiente quanto às redes de proteção social mantidas por Instituições Públicas ou pelo Terceiro Setor voltadas ao cuidado de idosos e crianças.

No bairro de Santa Cruz¹, onde vimos realizando nossas atividades de pesquisa, isso é bastante comum. Num mesmo terreno - não necessariamente partilhando de uma

¹O bairro de Santa Cruz encontra-se situado na Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro, a 60 km de distância da área central. Conta, segundo o Censo de 2010, com uma população de 217.333 moradores, distribuídos em 66.087 domicílios. O rendimento nominal médio de pessoas de 10 anos ou mais de idade, excluindo os sem rendimento, equivale a R\$ 941,00.

mesma unidade habitacional, mas ocupando casas independentes, construídas nos puxadinhos/sobradinhos que vão se agregando ao embrião original -, residem pais, filhos e netos, que acabam por estabelecer entre si uma relação que se funda no acionamento de uma rede que, para além da moradia strictu sensu, também decorre de demandas por cuidado mútuo, por apoio financeiro, por assistência. Em alguns casos, estas ações podem ser estendidas, inclusive, a amigos e vizinhos mais chegados: *“Se alguém precisar, sempre estamos prontos a ajudar!”*, costuma ser a frase dita por muitos dos nossos entrevistados, demonstrando uma reciprocidade vicinal e práticas sociais locais já perdidas em outros bairros da Cidade. Isto tudo é especialmente importante, já que, como assinala Lima,

na interseção dessas formas de construção da vida social, o pobre elabora uma auto-imagem e referência de igualdade com pessoas com quem comunga afetos, dores, conflitos e contradições. O sentimento de pertença a um grupo, com valores simbólicos e práticas culturais comuns, sedimenta o processo de formação de identidade social, de modo que, olhando o vizinho do lado, o pobre se reconhece, já que experimenta as mesmas privações e os mesmos dramas, encontros, solidariedades e desencontros. (2003, 300)

Entretanto, é preciso que se deixe claro que eles têm clareza da exata medida de tal “disponibilidade” para a ajuda mútua, pois também valorizam a intimidade, demonstrando o quanto são afetados pelo individualismo que marca as relações na contemporaneidade, tal qual anunciado por Sennet (1998). Em função disso, é igualmente comum ouvirmos, paradoxalmente, a seguinte frase: *“Cada um com seu cada um. Eu estou sempre pronta a ajudar os vizinhos quando eles precisam... precisou, a gente tá aqui. Mas não gosto de estar na porta de vizinho, nem gosto de vizinho na minha.”* (L. Moradora do Conjunto Urucânia).

A casa também é tida como espaço de rotina, de práticas ritualizadas, de expressão de projetos de vida, de construção do “self”, de rejeição da contingência e do inesperado que

A área possui um importante distrito industrial que sedia empresas de grande porte, como a Gerdau, Casa da Moeda, White Martins, Companhia Siderúrgica do Atlântico, dentre outras, que não chegam a se colocar como alternativa de emprego para grande parte dos moradores da localidade, que não dispõem de qualificação necessária para serem incorporados nos postos de trabalho abertos.

O bairro é marcado, também, pela presença de grandes conjuntos habitacionais, lá construídos entre os primeiros anos da década de 1970 e meados da década de 1990, num contexto em que a política habitacional tinha na remoção de favelas um de seus carros-chefes. Há, ainda, um enorme número de lotamentos irregulares/informais e favelas, sendo que estas últimas tiveram sua expansão, sobretudo na última década.

Ultimamente, o bairro vem crescendo em número de habitantes em função da construção de unidades habitacionais vinculadas ao Programa “Minha Casa, minha vida”. Ainda assim, predominam na localidade problemas relacionadas à infraestrutura urbana e insuficiência ou ausência de outros serviços básicos (saúde, educação, assistência social, transportes, lazer, cultura, etc), o que obriga a população a se deslocar para outras áreas da cidade em busca dos mesmos.

marcam o universo da rua. Casa e rua apresentam-se, assim, como espaços caracterizados, segundo DaMatta, por distintos padrões de comportamentos e moralidade, oscilando desde a privacidade/intimidade, que marcam a primeira, até a impessoalidade/publicidade que caracterizam a outra, o que reflete na própria forma como a cidadania se expressa diferentes formas:

Assim, sabemos que em casa podemos fazer coisas que são condenadas na rua, como exigir atenção para a nossa presença e opinião, querer um lugar determinado e permanente na hierarquia da família e requerer um espaço a que temos direito inalienável e perpétuo. Em casa somos todos, conforme tenho dito, "supercidadãos".

Mas e na rua? Bem, aqui passamos sempre por indivíduos anônimos e desgarrados, somos quase sempre maltratados pelas chamadas "autoridades" e não temos nem paz, nem voz. Somos rigorosamente "subcidadãos". (DA MATTA, 1997,14)

Ainda que estabeleça tal distinção, é importante deixar claro que entre a casa e a rua pode existir uma permeabilidade, à medida que tanto a casa pode transformar-se em lócus de exercício de práticas públicas, quanto a rua pode incorporar atividades características do âmbito privado, como demonstraremos oportunamente, a partir de relatos e observações realizados em campo.

Simmel (1996) também nos dá importantes pistas para a análise acerca a relação de associação/dissociação estabelecida pelos moradores entre a [sua] casa e a rua. Sua análise também é fundamental para que compreendamos a "transformação" dos espaços de moradia, malgrado qualquer "permeabilidade" em relação à rua, em um "microterritórios".

Em "A ponte e a porta" (1996), Simmel nos fala sobre o caráter fronteiro assumido por esta última (a porta), assim como o fato de, através dela, também ser possível ilustrar "*de maneira mais clara até que ponto separação e reaproximação nada mais são do que aspectos do mesmo ato*". (1996,12) Mais que isto, demonstra a possibilidade detida pelo homem de administrar o espaço, de construir perspectivas associativas/dissociativas:

A porta, criando por assim dizer uma junção entre o espaço do homem e tudo o que se encontra fora dele, abole a separação entre o interior e o exterior. Como ela pode também se abrir, o fechá-la dá a impressão de um fechamento, de um isolamento ainda mais forte, face a todo espaço lá fora, do que a simples parede inarticulada. Esta última é muda enquanto a porta fala. Para o homem é essencial, ao mais

profundo dar-se limites, mas livremente, quer dizer de maneira que possa vir a suprimir tais limites e se colocar fora deles [...] Mas assim como a limitação informe toma figura, o nosso estado limitado encontra sentido e dignidade com o que materializa a mobilidade da porta: quer dizer com a possibilidade de quebrar esse limite a qualquer instante, para ganhar liberdade. (1996, 12)

Fechando-se em sua casa, os moradores estabelecem o exato limite entre os que são bem vindos e os que se pretende evitar. Deixam os problemas do lado de fora ou mantêm em segredo fatos da sua intimidade. Assim, a porta possui uma dimensão multilateral, conforme aponta Maldonado (1996, 9), comportando “a possibilidade de entrar e a possibilidade de sair”, ambiguidade esta ilustrada através dos depoimentos abaixo:

- Quando não tô a fim de falar com ninguém, fecho tudo. (J, morador do Conjunto Urucânia)

- Ah, eu sou muito família. Então, a casa é o meu porto seguro, né? Você pode sair para qualquer lugar, e você tem a casa para voltar. (J2, moradora do Conjunto Urucânia)

Interpondo limites entre o espaço da casa e a rua, a porta e/ou o portão costumam ser mencionados pelos nossos entrevistados como elementos fundamentais na definição do seu pedaço, conforme nos confidenciou uma moradora do Conjunto. Cabe ressaltar que este “pedaço” ou território, apesar de demarcado pelos que habitam a casa, também pode agregar vizinhos ou chegados – em suma, aqueles capazes de partilhar de determinados eventos, rituais, valores, signos e práticas identitárias – ou seja, aqueles que são bem vindos:

“Nossa casa, apesar de grande, acabava ficando pequena, porque o pai sempre gostava de casa cheia. Ele fazia da casa um albergue. Quando juntava todo mundo, a casa ficava pequena”. (J, morador do Conjunto Urucânia).

Apesar de tal possibilidade, é mais comum que se observe o uso da casa como espaço de convivência familiar – o que não exclui conflitos entre os membros da família e, mesmo, a constituição de outras territorialidades no ambiente doméstico, demarcadas por outras portas e paredes que dividem o espaço interno, ou mesmo por diversas temporalidades observadas no uso dos diferentes cômodos, o que poderia produzir “territorialidades cíclicas”, conforme analisado por Souza (1995).

De qualquer modo, as territorialidades criadas expressam a consciência dos sujeitos, sua intencionalidade, forjando sua identidade e demarcando sua diferença/distinção em relação ao outro. Segundo Maffesoli, nossas representações e vivências “*se enraízam, se territorializam num húmus que é fator de sociabilidade. É nesse sentido que podemos falar de ‘encarnação’ da sociabilidade que necessita de um solo para se enraizar*”. (1984, 54). Isso fica claro nos depoimentos abaixo:

- Quando eu vim morar aqui, os vizinhos me acolheram com muito carinho ... e pergunta pra mim “se precisar de alguma coisa, se tiver sentindo algum mal, pode chamar que a gente tá aqui pra servir” e é assim. [...] Cada um na sua casa, bom dia, boa tarde, boa noite, tudo bom? Mas só aquilo ali e pronto. Todo mundo se conhece, mas cada um no seu cantinho. Eu acho que é até bom né? (L., Moradora do sub-bairro Areia Branca, em Santa Cruz).

- Minha casa não é um palacete, mas é limpa e arrumada. Educo meus animais. Tento não ser metida com os vizinhos, mas não deixo todo mundo entrar. É você saber conviver com seus vizinhos. Eu tenho que respeitar seus limites e eles os meus. Mas eu me dou bem com todos. (Z, Moradora do Conjunto Urucânia)

No que se refere especialmente aos projetos de vida dos segmentos populares, a casa (aqui entendida em forma e conteúdo) torna-se, assim, um de seus elementos centrais. Em muitos casos, é ela quem vai definir, sobretudo em contextos sociais como aquele por nós analisado, o exato limite entre o sucesso e o fracasso de uma família, sua capacidade de “perseverança”, de “luta” e de “vitória” mesmo diante de uma realidade que, em grande medida, lhe é desfavorável. Tudo isso fica bastante claro quando ouvimos depoimentos que demonstram as dificuldades que marcaram o processo de construção da moradia, o valor atribuído a cada tijolo levantado ou a renúncia por parte da família a outros bens ou necessidades fundamentais, em favor da construção ou do mobilhamento da casa. O depoimentos a seguir torna claro esse processo:

Esse cômodo aqui da frente não tinha, era só uma cozinha com um banheiro, era um cômodo assim comprido. Aí a gente teve que emboçar porque a parede era cheia de buraco, teve que emboçar, pintar, botar piso, o banheiro, a porta que eles fizeram pra ir pro quarto era em frente o vaso, a gente teve que fechar, levantar esse cômodo aqui, botar telha, tudinho. Querendo ou não, vai vir mais um [membro da família, filho], então tem que ter um conforto a mais. O profissional [responsável pelas

obras] é o meu marido mesmo. Porque ele é pedreiro, ele é o mestre da obra, então ele faz, mas também é só final de semana. É o único dia que ele pode. (B, sub-bairro Jesuítas, Santa Cruz).

Ainda em relação à função de abrigo assumida pela casa, cabe destacar que em contextos marcados pela violência – como é o caso do bairro em questão – ela se manifesta nos discursos dos entrevistados ora como sinônimo de proteção, ora identificada com prisão, demonstrando a ambiguidade de sentimentos vividos por eles diante de toda uma situação de vulnerabilidade frente às ações de criminosos (traficantes e milicianos, principalmente) que ditam as regras na localidade e impõem aos moradores “toque de recolher” e cerceamento do direito de ir e vir. A casa, por assim ser, passa a ser o refúgio, o porto seguro a “salvaguardá-los” dos muitos medos com os quais se veem na iminência de conviver cotidianamente. Falando sobre estes medos contemporâneos, afirma Bauman:

O medo se enraíza em nossos motivos e propósitos, se estabelece em nossas ações e satura nossas rotinas diárias. Se dificilmente precisa de qualquer outro estímulo externo é porque as ações que incita dia após dia fornecem toda a motivação, toda a justificativa e toda a energia para mantê-lo vivo, expandindo-se e florescendo. Entre os mecanismos que afirmam seguir o sonho do moto-perpétuo, a auto-reprodução do enredo do medo e das ações por ele inspiradas parecem ter um lugar de honra... (2008, 173)

Entre os jovens, a impressão que se tem é que a coação exercida por tais grupos criminosos costuma ser menos naturalizada e, com isso, o medo de represálias parece transfigurar-se em revolta e/ou indignação. A casa, mais que refúgio ou abrigo face à violência urbana, passa a ser vista como cárcere, demonstrando a avidez dessa juventude por liberdade de circulação pelo espaço público, por estar com os amigos, por “*poder entrar e sair da comunidade na hora que bem quiserem*”, como nos foi dito por um dos jovens participantes de oficina temática realizada num conjunto habitacional do bairro.

Em função de tudo o que vimos sustentando até o presente momento, podemos concluir que “*a casa nos oferece pontos de referência importantes, pois é [...] manifestação material de concepções de mundo*”. (HIGUCHI, 2003, 51. Nesse sentido, segundo Carsten e Hugh-Jones, as

relações entre a construção [prédio] e o grupo são multifacetadas e contextualmente determinadas. Sendo assim, a casa se manifesta num idioma complexo aos grupos sociais, podendo ser tanto um veículo natural de hierarquia quanto uma fonte de poder simbólico, inseparável da construção do prédio em si. (apud HIGUCHI, 1982,52)

“É casa de pobre, mas é ajeitadinha”- a “casa-vitrine” como elemento de distinção social.

Enquanto “veículo de hierarquia”, a casa assume para os nossos entrevistados uma função primordial: a de **vitrine**, capaz de demarcar distintos níveis de pobreza (ainda que, objetivamente, as condições de existência, os níveis de renda e, mesmo, as histórias e projetos de vida não sejam capazes de sustentar grandes diferenças entre eles). Ter uma casa “ajeitadinha” (emboçada, com piso, laje, mais de um pavimento, pintada, bem mobiliada) pode não só significar que se conseguiu ascender na escala da pobreza, ou mesmo “sair” dela – já que, em geral, esta aparece, nos discursos dos entrevistados, associada à “falta de tudo”, desde o básico para a sobrevivência, até de educação, de empenho, de vontade de vencer, de trabalho -, como suscitar entre os moradores sentimentos de inveja/despeito, por um lado, e de rejeição, por outro, como pode ser constatado a partir da leitura dos depoimentos abaixo:

- Pra mim, a nossa casa é igual a uma pessoa “especial”, a pessoal “especial” os outros já olham com cara feia, se a casa for feia eles olham do mesmo jeito, entendeu? Porque quando eu comprei aqui os outros ficavam..., ninguém queria comprar porque era uma coisa pequena, feia, tudo ruim. Aí a gente compramos os outros ficam “nossa que bonita, que não sei o que, que não sei o que lá”. A gente só deu uma melhora simples, mas aí os outros já começou a falar que já tava melhor, que tava bonita, aí os outros falou que eu já tinha.... que eu tinha dinheiro, porque eu tinha condição. É igual a minha família, a minha família acha que a gente..., a gente junta dinheiro pra investir na nossa casa, mas aí minha família acha que só por isso a gente tem condição, que somos melhor do que os outros... (risos). (B., moradora do sub-bairro Jesuítas, em Santa Cruz).

- Eu moro sozinha e... tá boa, tá ótimo, porque a casinha é boazinha e é de acordo comigo, com as minhas posses, que eu possa pagar. Quando eu cheguei já tava a obra tudo direitinho, tudo arrumadinho, então eu mantenho aquilo ali pra não...

(deteriorar). Quando eu cheguei a casa tava toda arrumadinha, toda direitinha, pintadinha, então eu procuro manter aquilo ali.... Ah, geladeira, uma televisão, isso ai tem que ter, porque a gente tem... Eu acho que tudo, uma geladeira, uma televisão, um liquidificador, um ferro, tem que ter tudo (eletrodomésticos). E alimentação que é o mais importante. (L., moradora do sub-bairro Areia Branca, em Santa Cruz).

Através das melhorias que empreendem na casa, bem como dos bens que adquirem, os moradores acreditam ser possível o afastamento dos estigmas que envolvem a pobreza em associação aos espaços de moradia, em especial a favela. Estas “marcas”, de modo geral, tanto podem decorrer da associação direta entre pobreza/favela/violência, quanto podem referir-se à desorganização, sujeira - características que, historicamente, também foram impingidas aos espaços de moradias populares (como cortiços e favelas).

A “**casa-vitrine**” pode, da mesma forma, permitir aos segmentos populares a experiência de saída de uma “condição periférica” e, em alguma medida, facilitar sua entrada num “circuito globalizado”. Neste sentido, alguns bens e serviços colocam-se como fundamentais, como as antenas parabólicas e os serviços de internet e tv por assinatura, ainda que adquiridos no mercado ilegal (o chamado “gatonet”).

O fato de morarem numa área marcada pela precariedade e por pouca “visibilidade” no contexto citadino faz com que prevaleça entre os moradores certo ceticismo em relação às possíveis melhorias, a investimentos em infraestrutura urbana e demais serviços por parte do Estado. Assim, formula-se um “conceito” de viver bem que não abarca o acesso aos serviços ou aos equipamentos de consumo coletivo. Ao contrário, refere-se à busca e ao usufruto de bens que lhes permitam certo distanciamento de toda uma pecha que envolve o “morar num conjunto” (pobreza, origem favelada, falta de infraestrutura, etc) e uma tentativa de aproximação aos padrões de consumo de grupos hierarquicamente superiores, grupos estes que, em busca da distinção, ver-se-ão “obrigados a investir em novos bens a fim de restabelecer a distância social original”. (FEATHERSTONE, 1995).

No que se refere, especificamente, à questão do “poder simbólico”, temos observado que nas áreas do bairro eleitas por nós para realização do trabalho de investigação, ele se manifesta através das casas de alguns moradores “ilustres” – sobretudo os milicianos- que fazem questão de erguer verdadeiras “mansões-fortificadas”, em nada consonantes com as demais residências. Num bairro de classe média, seriam apenas “casas”, mas lá dizem muito

a respeito de “quem manda na área”. O comentário realizado por uma jovem participante das oficinas que realizamos no bairro, ao passar diante de um desses casarões, é ilustrativo em relação a isso: *“Vocês estão vendo aquela casa ali? É de miliciano. Nem se compara com a outra, em frente. Lá deve morar o entregador de gás ou o pedreiro.”*

O poder exercido por esses grupos criminosos nas áreas estudadas, ainda que prime pela sua força e extensão, não se trata necessariamente de um poder exercido com a “cumplicidade” (BOURDIEU, 2001) da população local, mas da expressão de relações que são marcadas por constrangimentos, coação, represálias e outras formas de violência, que têm início no espaço público, através do cerceamento do direito de ir e vir, do “esculacho”, adentrando a esfera privada, por via, por exemplo, da interferência nos padrões de consumo dos moradores – à medida que estes são impelidos a adquirir determinados bens e produtos diretamente dos milicianos, como gás, tv por assinatura, internet, etc.

Casa-vitrine/casa-bazar - a transformação da moradia em espaço de labuta diária.

Além de abrigo, as casas também têm se tornado palcos de atividades econômicas. Ao caminharmos pelo bairro, podemos constatar novos usos a elas atribuídos, configurando o que vimos chamando de “**casa-bazar**” e/ou “**casa-oficina**”. É bastante comum nos depararmos com espaços de moradia que também agregam bares, locadoras, salões de beleza, lojas de roupas e oficinas mecânicas. Em geral, as tais atividades surgem nos “puxadinhos” ou “sobradinhos”, nas garagens, o que não impede que, em certos casos, também venham a ser desenvolvidas no interior da própria residência, como ocorre, principalmente, com atividades relacionadas à produção ou venda de refeições ou de bolos e doces para festas. O depoimento de uma de nossas entrevistadas é exemplar, já que sua casa vem passando por um processo de transformação em função do negócio que pretende instalar no “puxadinho” construído à frente. Sua fala demonstra o “empreendedorismo” presente entre os moradores da localidade, que “se viram” na busca de um rendimento, mas também deixa claro que iniciativas como estas são fundamentais em áreas desprovidas de serviços:

É hambúrguer, cachorro-quente, nessa semana eu vou botar é... coisa de... coquetel, esses negócios assim pra esse pessoal que gosta de beber, porque aqui, quando quer alguma coisa aqui tem que ir lá na casa do caramba comprar as coisas, aí é um dinheirinho que ganha a mais, né? (B., moradora do sub-bairro Jesuítas, em Santa Cruz).

As pessoas se acostuma [com o comércio local]... acabam gostando... que é mais fácil... não precisa ir num lugar muito longe pra achar o que vc quer. (C., moradora do sub-bairro Areia Branca, em Santa Cruz).

Em muitos casos, os pequenos comércios que surgem nestas casas raramente se detêm a uma "especialidade". Encontramos iniciativas dos mais diversos tipos: salão de beleza que também abriga uma sorveteria, bar que possui um balcão para vender artigos de papelaria, barbearia que contém sinuca e mesas de bar, dentre outras iniciativas.

Para algumas famílias, essas atividades são fundamentais para a manutenção econômica e reprodução social do núcleo familiar, já que o mercado formal de trabalho apresenta-se como algo distante para muitos trabalhadores do bairro. Quando não há membros que recebam benefícios do governo, como o BPC (Benefício de Prestação Continuada) ou outros recursos oriundos dos Programas de Transferência de Renda, como o Bolsa Família, tais atividades realizadas no espaço doméstico acabam por se constituir no único meio de sustento para toda a família, envolvendo pelo menos dois de seus membros, em alguns casos até mesmo as crianças e idosos.

A questão de gênero também marca a realidade acima descrita. Embora não seja exatamente o foco da pesquisa nesse momento, não podemos deixar de citá-la. O que pudemos perceber é que, em geral, as mulheres se encontram em duas posições: ou assumem sozinhas a administração do negócio familiar, ou contribuem para a renda do domicílio através de alguma atividade que desenvolvem no interior da própria casa. Muitas vezes, essas mulheres, ao serem perguntadas se trabalham, respondem negativamente e afirmam ser somente donas de casa, ou como costumam dizer, "do lar", não considerando, por exemplo, o fato de produzirem "quentinhas", bolos ou salgadinhos para vender. Isto nos leva a levantar duas hipóteses: ou o trabalho informal não é visto por elas como um "trabalho de verdade", ratificando a ideia corrente de que "trabalho", necessariamente, pressupõe um vínculo empregatício; ou em razão do fato de serem as atividades desenvolvidas por elas, ainda que passíveis de remuneração, muito afeitas ao universo doméstico e a papéis que, historicamente, marcaram a "condição feminina" – como cozinhar para a família, por exemplo -, se impõe uma dificuldade de percepção/incorporação de sua identidade de trabalhadoras.

Cabe ressaltar que todas essas atividades desenvolvidas no contexto das casas contribuem para dar dinamismo à economia local, à medida que atendem às demandas mais

imediatas dos moradores, disponibilizando bens e serviços básicos a partir de uma relação pautada também na informalidade.

Esse quadro que se configura em contextos como o que estudamos, torna cada vez mais difícil estabelecer um limite claro entre o formal e o legal, o informal e o ilícito, a exemplo do analisado por TELLES e HIRATA (2008). Isso faz todo sentido quando observamos, por exemplo, que algumas atividades que fazem parte do contexto da “casa bazar” ou da “casa oficina” são permeadas ou viabilizadas por práticas ilícitas. Segundo os autores,

"É justamente nas fronteiras porosas entre o legal e o ilegal, o formal e informal que transitam, de forma descontínua e intermitente, as figuras modernas do trabalhador urbano, lançando mão das oportunidades legais e ilegais que coexistem e se superpõem nos mercados de trabalho. Oscilando entre empregos mal pagos e atividades ilícitas, entre o desemprego e o pequeno tráfico de rua, negociam a cada situação e em cada contexto os critérios de aceitabilidade moral de suas escolhas e seus comportamentos." (TELLES e HIRATA, 2007, 174)

No bairro em foco, o ilegal e o ilícito aparecem, a todo momento, vinculados às atividades informais: venda de DVDs piratas em plena rua; bares que utilizam a calçada como extensão de seu estabelecimento; produção e comercialização de produtos de limpeza e higiene, sem quaisquer controle sanitário, dentre outras atividades que fazem parte do cotidiano citadino, sem mesmo serem identificados com a ilegalidade. Cabe aqui ressaltar que, não necessariamente, e aliás, dificilmente, os que exercem tais atividades se veem ou são vistos e/ou pelos demais moradores como bandidos ou "marginais". Na verdade, o que prevalece é o discurso da “viração”, conforme sugerido por um dos nossos entrevistados: *“Se não tem trabalho, o jeito é se virar!”*

Quando a casa vira lenda...

Uma outra questão que nos chamou à atenção no conjunto habitacional onde realizamos parte de nossa pesquisa foi a criação, a partir de uma casa em especial, daquilo que poderíamos classificar como “lenda urbana”. Reportando-se a uma “definição” que a classificaria como “intuitiva”, Lopes afirma:

são histórias que envolvem elementos ou situações banais do cotidiano, mas que por seu caráter inusitado, ou em muitos casos absurdo, provavelmente não

aconteceram. No entanto, são contadas como se tivessem de fato acontecido, não diretamente a seus narradores, mas a alguém por eles conhecido ou a eles ligado. (2008, 374)

No que se refere especificamente à casa mencionada, trata-se de um chalé que, se fosse pelo fato de fugir do “padrão conjunto habitacional”, não seria razão para levantar tantas especulações a seu respeito. Isso porque o que não existe no referido conjunto é a padronização das moradias, já que grande parte delas passou por alterações ao longo dos anos. O fato é que o chalé em foco destoa do convencional, das formas de casa que costumam marcar os espaços populares, em se tratando da Cidade do Rio de Janeiro. Associado a isso, há o fato de que seus moradores não costumam ser vistos, embora seja possível observar sinais de que é habitada, ainda que as janelas sejam mantidas fechadas. Além disso, o quintal encontra-se sempre limpo, há roupas penduradas no varal e existe ainda, segundo depoimentos de alguns jovens que participaram das oficinas que realizamos na localidade, um animal de estimação que costuma andar pelo muro: um gato preto.

Numa área onde ainda se mantém um nível de proximidade/interação entre os moradores, estes “indícios” foram suficientes para se criar uma “história” em torno do tal chalé, visto pelos moradores da localidade como “a casa da bruxa”. Parece-nos que a “lenda” forjada em relação a esta casa é *“parte de uma resposta coletiva, criativa e inconsciente a alguma questão da comunidade, ainda que codifiquem simbolicamente as ambigüidades sociais que subjazem essa questão.”* (Wycoff, apud LOPES, 2008, pp 377)

Segundo Lopes, a autora em foco (Wycoff)

propõe a idéia de que as lendas articulam questões com as quais a comunidade se vê às voltas para explicar. Podemos aqui interpretar essas questões como sendo medos, ansiedades, polêmicas e interditos que uma sociedade precisa simbolizar, até certo ponto inconscientemente, na forma de narrativas. Essas narrativas viriam então confirmar ou questionar concepções de mundo tidas como válidas dentro da comunidade em questão. (LOPES, 2008: 378)

Como pouco ou nada sabem sobre os moradores do chalé – que talvez tenham uma rotina de trabalho diferente dos demais moradores, saindo muito cedo, chegando muito tarde, ou mesmo, por qualquer razão, preferiram manter-se isolados em seu próprio universo – , a população local constrói uma outra “verdade” que, ao mesmo tempo que se propõe a

moldar e manter a identidade grupal, também contribui para rechaçar o desconhecido, imputando-lhe uma identidade negativa, estereotipada, pautada no medo, no extraordinário. Ainda segundo Lopes,

Ceticismo, ironia, ansiedade, pavor: seja qual for a atitude que adotemos diante das lendas urbanas e sua “improvável veracidade”, ela haverá de ser resultado de um reconhecimento e ao mesmo tempo de um desconforto com algo que “não se encaixa bem” na ordem das coisas que cremos natural. (2008, 384)

Notas finais:

A casa, enfim, pode ser entendida enquanto um elemento a congregar muitas possibilidades de representações, sejam individuais, sejam coletivas/sociais. Ela, sem dúvida, expressa a forma com seus moradores se inserem no “mundo”; explicita suas conquistas, desejos e necessidades que não se restringem, em si, ao abrigo.

Não sendo, exclusivamente, uma “máquina de morar”, um objeto arquitetônico, ela acaba por se transformar num espaço que adquire valor, identidade, tornando-se um espaço humano, prenhe de simbolismos – lugar onde ocorrem, em tempos diversos, os dramas cotidianos. É isso que a humaniza. Como diria o poeta Vallejo (1975), *“uma casa vem ao mundo, não quando a acabam de edificar, mas quando começam a habitá-la. Uma casa vive unicamente de homens”*.

Bibliografia:

BACHELARD, Gaston. 1989. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes.

BAUDRILLARD, Jean. 1995. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70.

BAUMAN, Zygmunt. 2008. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Zahar.

BOURDIEU, P. 200. O poder simbólico. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

DA MATTA, Roberto. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. [Em linha]. Disponível em: http://www.taddei.eco.ufrj.br/AntCom/DaMatta_1997_ACasaeaRua.pdf acesso em 20 de fevereiro de 2012.

HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto. 2003. A socialidade da estrutura espacial da casa: processo histórico de diferenciação social por meio e através da habitação. *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis, EDUFSC, 33, 49-70.

LE CORBUSIER. 1983. **Por uma arquitetura**. São Paulo: Perspectiva.

- LIMA, Antônia Jesuíta de. 2003. *As multifaces da pobreza – formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos*. Teresina, Halley.
- LOPES, Carlos Renato. 2008. Em busca do gênero lenda urbana. *Revista Linguagem em (Dis)curso – LemD*, v. 8, n. 2, 373-393.
- MAFFESOLI, Michel. 1984. **A conquista do presente**. Rio de Janeiro: Rocco.
- MAIA, Rosemere. 2012. Sobre portas, paredes e afetos: casa, territorialidade e identidade entre os segmentos populares. *Terr@Plural*, Ponta Grossa, v.6, n.2, 339-352.
- SENNET, Richard. 1998. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SIMELL, Georg. A ponte e a porta. **Política e Trabalho**. [Em linha]. Disponível em: <http://geocities.com/CollegePark/library/8429/12-simmel-1.html> Acesso em: 25 fev. 2012.
- SOUZA, Marcelo J. L. 1995. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.C. e CORRÊA, Roberto L. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso. 2007. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. *Estudos Avançados*, 21 .
- TUAN, Yi-Fu. 1983. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo, DIFEL.
- VALLEJO, César. 1975. *Obra poética completa*. Casa de las Américas. 3ª ed., 77-116.